



Publicado originalmente em: ALMEIDA, M. G. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: UFG, 2002.

GOIÁS: NOVAS REGIÕES, OU NOVAS FORMAS DE OLHAR VELHAS REGIÕES*

Tadeu Pereira Alencar Arrais¹

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como tema central a constituição do conceito de região na sua relação com a geografia regional do Estado de Goiás. A articulação entre o conceito e a realidade é estudada a partir da consideração dos processos que conduziram a atual formação regional do Estado, levando em conta a dimensão técnica como promotora das diferenciações regionais a partir da década de 1970. Para exemplificar essa diversificação, apresentamos um breve estudo comparativo entre duas regiões, a Sudoeste e a Nordeste, e os discursos regionais que as classificam como modernas e atrasadas. Nosso objetivo é colocar em pauta a geografia de Goiás sob o enfoque regional.

2 - REGIÃO E GEOGRAFIA

A relação entre uma ciência e seu aporte teórico, constituído por categorias e conceitos que lhe permitem, em determinados períodos e sob circunstâncias particulares, aproximar-se da realidade, é sempre contraditória, cheia de tropeços e carregada de incertezas. Com a geografia não é diferente. A constante reformulação teórica dessa ciência demonstra sua preocupação em perseguir a realidade, o movimento. A atenção particular com o movimento é extremamente positiva, o que nos obriga à uma revisão constante das muitas categorias e conceitos utilizados na geografia. Dentre essas categorias, a região vem despertando muito interesse por parte dos geógrafos contemporâneos, muito embora, dentre estes, também existam aqueles que apostam na desvalorização do conceito e da própria região. Para os que acreditam na perspectiva de uma leitura da sociedade que exclui a diferenciação espacial

* O autor agradece as atentas observações do professor Dr. Antonio Teixeira Neto.

¹ Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA / UFG) e professor da UFG e da UEG.

propondo ou aceitando o discurso da homogeneidade dos espaços, a tarefa agora parece ser a de provar, apoiado na análise empírica, que a região desapareceu.

Aos que acreditam na persistência da região, a tarefa parece ser semelhante, ou seja, provar que a região nem havia desaparecido, muito menos surgiu repentinamente como cogumelos após um curto período chuvoso. Dado insofismável é que a região, em diferentes perspectivas, sempre existiu, seja como um recorte natural, social, cultural, econômico, histórico, simbólico, ou mesmo político administrativo. O fato é que estamos mergulhados, de uma forma, na região, de outra, no discurso regional. Em outras palavras, as geografias regionais ganham relevo na análise do período atual.

Basta lembrar que, no século passado, entre declínios e ascensões, muitas foram as geografias que valorizaram e muitas as que desvalorizaram a região. Entre as que desvalorizaram podemos citar a Nova Geografia, como já anotou Guelke (1982). A Nova Geografia², interessada na construção de modelos, na busca de leis e padrões que pudessem resultar no reconhecimento de áreas com determinados graus de homogeneidade, não valorizou os estudos regionais, o que não significa que as regiões, as diferenciações regionais, não existissem. A sedução pelo novo, a possibilidade de transformar o concreto em sistema numeral de relações, impediu, até certo ponto, o reconhecimento das regiões produzidas pelo modo de produção dominante, o que de fato foi reconhecido por outras geografias.

A chamada Geografia Ativa, por exemplo, trouxe para o debate outros componentes para a análise regional, dentre os quais a questão do conteúdo histórico, das relações ou “laços” entre os habitantes, da influência do centro enquanto elemento dinamizador da região, além da noção de escala, que permitiu compreender a região como parte de um conjunto maior, articulado pelas redes, uma espécie de “subsistema” dentro dos limites do Estado Nação. O que se colocou foram relações funcionais de uma região entendida como campo de ação do geógrafo. Assim, a idéia de equilíbrio da *Nova Geografia*, como também a de permanência da região “personagem vidalina”³, não se encaixavam com a realidade da

² Associar a evolução do conceito de região às escolas ou correntes geográficas não deve impedir que se reconheça a diversidade de conceitos no interior da própria escola ou mesmo corrente.

³ A região “personagem vidalina”, conceito obstáculo criticado veementemente por Lacoste (1993), pelo seu conteúdo ideológico, era (em alguns casos ainda é) considerada pelos geógrafos como um “dato eterno, produto da geologia e da história” (1993:63).

organização de um espaço marcado por graus de desenvolvimento diferenciados, desiguais e combinados⁴, no século XX, seja na Europa ou mesmo nos países subdesenvolvidos.

Essa temática, sob a influência do marxismo, foi transportada para a Geografia e para o estudo regional. A região, sob essa orientação, passou a ser considerada enquanto parte de uma totalidade maior, articulada por relações de produção capitalistas. Dessa forma, a incorporação de elementos do pensamento marxista contribuiu positivamente para uma mudança no modo de os geógrafos enxergarem a região e a própria Geografia, que havia, por vezes, pretendido assumir uma postura neutra diante das questões sociais.⁵ Os modelos anteriores tornam-se inoperantes. A região exigiu, reivindicou um novo olhar.⁶

O novo olhar, ou como alguns preferem, o retorno à região, nos impõe a tarefa de visitar determinadas idéias da geografia, a partir de uma cartografia renovada, com uma visão de escala que vá além das convenções matemáticas e que possibilite compreender a complexidade do conceito de região. Para Fremont (1980:17): “Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens”. Outros autores tem alertado, sob diferentes ângulos, para a necessidade de a geografia visitar a região. Gomes (1995), Thrift (1996), Rochefort (1998), Lencioni (1999), Silva (1999), Haesbaert (1999), entre outros, em suas análises, apontam para aspectos que vão desde a constituição histórica dos discursos regionais, ressaltando que tal conceito sempre expressou influências dos modelos epistemológicos e modos de pensar a geografia e o mundo, bem como as influências e ambições daqueles que produzem intencionalmente o conceito, até a necessidade de um conceito de região que ultrapasse a idéia de contiguidade, reconhecendo o importante papel das redes, bem como a simples delimitação ou mesmo reconhecimento de área sob determinado grau de homogeneidade. A consideração do grau de homogeneidade tornou-se insuficiente, enquanto parâmetro de análise, para se pensar a região. Além da homogeneidade,

⁴ Segundo Smith (1988:139): “O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo”.

⁵ Nesse sentido, vale recordar a concepção de região adotada por Oliveira (1977:29), que muito influenciou os geógrafos. Segundo o referido autor: “Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”.

⁶ Esse novo olhar passa pela busca de novas referências tanto para a ciência, como para a geografia. Em se tratando da região essa é uma tarefa árdua, especialmente se considerado que essa categoria, para alguns, perdeu o sentido. Nada melhor, para contra-argumentar, que as palavras de Castro (1997:62): “Melhor que discutir se há ou não validade explicativa para o conceito de região, pois este é um falso debate, é buscar um novo olhar capaz de visualizar fatos novos que nos permitam compreender a realidade, projetada em diferentes escalas e que se reflete em cada uma delas”.

em uma época veloz como a nossa, devemos considerar os agentes que produzem a diferenciação regional. Essa diferenciação regional, muitas vezes, escapa aos procedimentos de regionalização, uma vez que no período “técnico científico informacional” os espaços transformam seus conteúdos em velocidade sempre crescente. A localização de grande empresa, a produção de um determinado produto agrícola. Nunca a idéia de estabilidade e permanência, em se tratando da região, foi tão relativa. No entanto esse relativismo (redes), muitas vezes utilizado para condenar a região, reafirma sua existência sob outras contradições. em função da produção e reconhecimento das diferenças,

As diferenciações regionais, sejam de ordem econômica, simbólica ou mesmo natural, é o que nos faz pensar a região enquanto um espaço possível de ser cartografável. Devemos estar cientes que a própria diferença não se explica por si só, ou melhor, é resultado de produções que acontecem a acontecerão em espaços aparentemente distintos.

A questão é que a realidade sempre mutante, mais que a ortodoxia acadêmica que muitas vezes transformam os conceitos em definições, tem contribuído para a reformulação constante do conceito de região. Não há outra saída possível. O período atual exige novos parâmetros de análise. Mais que nunca a dimensão técnica na produção e reprodução do espaço deve ser considerada. Os fluxos de informações nem sempre visíveis, mostram que os limites regionais vão além dos recortes ditos naturais. Os ritmos regionais também mudam devido aos acréscimos de velocidade que colocam em xeque visões cristalizadas de conceitos de região natural, região geográfica e região homogênea. Esses conceitos, muitos dos quais considerados de modo fechado ainda sobrevivem em algumas geografias presentes; um exemplo claro é a geografia que se *ensina e ensina* o Brasil a partir das regiões, para lembrar a crítica de Moreira (1987).

A usual divisão regional do Brasil pode colocar em prova nossas reflexões, pois conduz os olhares para um país, ainda, organizado em grandes regiões dotadas de singularidades e historicidades deterministas. Extra-oficialmente, podemos dizer, a divisão de Fábio Guimarães com base em variáveis naturais ainda sobrevive enquanto representação ideológica nos discursos cotidianos e acadêmicos. O Nordeste sempre seco e pobre, com seu futuro subordinado à história colonial, e não ao presente das relações da indústria e do turismo, como também da agricultura “moderna” do “Novo” Nordeste, para lembrar Haesbaert (1996). O Norte, concebido enquanto espaço exótico, “despovoado” segundo a densidade do Sudeste que por muito tempo “pensou a região”, representado pela aparente

força e rigidez da floresta amazônica, esconde relações sociais diferenciadas daquelas mostradas pela homogeneidade da cobertura vegetal. O Sudeste, sempre industrializado, moderno, por vezes é apresentado enquanto parâmetro comparativo para mensurar o desenvolvimento das demais regiões. Nessa perspectiva o conceito de região transformou-se em definição de região, empobrecendo e limitando as análises, cristalizando, congelando no tempo e no espaço, relações pretéritas, como se a história e a geografia não oferecessem indicativos de mudanças.

O que colocamos em questão é uma maneira particular de a geografia olhar, primeiro, para o conceito cristalizado de região, depois, para a realidade. Agindo assim a geografia identifica regiões segundo padrões e modelos *a priori*, quando deveria recompor constantemente, e não simplesmente identificar, as regiões. Nesse ponto devemos fazer referência à proposta de Haesbaert (1999:28) que faz distinções entre região enquanto conceito e a regionalização como procedimento metodológico para a geografia regional. Segundo o referido autor:

Enquanto a região adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo e, neste sentido, é a diversidade territorial como um todo que nos interessa, pois a princípio qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelo pesquisador.

Acreditamos que esse seja um dos caminhos possíveis para se pensar a região e entendê-la na sua relação com o real. Sob esse prisma procuraremos olhar regionalmente para o Estado de Goiás, para tanto vamos recompor rapidamente a sua construção regional a partir da década de 1970, momento que a técnica passa a ser um dado importante na produção de novas relações e regiões no território goiano.

3 - VELHAS FORMAS DE OLHAR NOVAS REGIÕES

Foram muitas as formas encontradas ao longo da história do Estado de Goiás para caracterizá-lo, dividi-lo em regiões. A primeira talvez tenha sido aquela guiada pelas representações de um sertão distante, habitado por índios. Com a descoberta das minas as representações mudam. A possibilidade de riqueza conduziu para as regiões auríferas do Estado de Goiás o *aventureiro*, como também, após o auge da atividade aurífera, o *semeador*, para fazer referências a Holanda (1996). Lentamente, a partir do século XVIII, o povoamento no

Estado ocorre de maneira desigual, seguindo, naturalmente, o caminho do ouro. Desse momento em diante, a geografia regional do Estado de Goiás não será a mesma. A mineração do ouro, séculos atrás, já afirmava uma diferença expressiva entre o Sul e o Norte do Estado, seja na política fiscal que privilegiou o Sul em detrimento do Norte, no povoamento influenciado pelos sítios urbanos auríferos de Goiás (1727), Cavalcanti (1740), Jaraguá e Pirenópolis (1731), São Domingos (início do século XVIII) e Niquelândia (1735), entre outros, e até mesmo na formação das mentalidades decorrentes da ruralização da vida após a atividade mineratória, como bem anotou Palacin (1990).

As diferenciações regionais entre o Norte e o Sul do Estado, desde o início da colonização, já demonstravam o forte vínculo com questões que já ultrapassavam os limites do Paranaíba, do Araguaia, do Tocantins e da Serra Geral de Goiás. O Sul do Estado, pela proximidade à região de São Paulo, centro econômico do país, mostrou-se, no final do século XIX, mais receptivo às novas formas de produção do Sudeste do País. Já o Norte, vazio do ponto de vista das atividades ditas produtivas, veio a integrar-se definitivamente ao mercado nacional por ocasião das políticas que visaram a integração nacional e a construção da BR-153, eixo rodoviário que cortou o Estado no sentido Norte - Sul, facilitando, também, as vias de acesso à Amazônia, fronteira econômica importante para o país.

A localização privilegiada do Estado de Goiás, ocupando o centro do país, o tornou, em diferentes períodos do século XX⁷, alvo de políticas territoriais nacionais. A Marcha para o Oeste, a Edificação de Goiânia, os Projetos de Colonização Federal, o Plano Rodoviário Nacional seguido da edificação de Brasília, a criação do Estado do Tocantins, entre outros eventos, demonstram a importância desse território do ponto de vista de uma política voltada para a integração nacional. No entanto, a consideração da posição geográfica central e o papel das políticas públicas seria insuficiente enquanto parâmetro de análise para compreender a nova configuração regional do território goiano a partir dos anos 1970. É preciso considerar a dimensão técnica na produção de novas relações regionais no território goiano, para então compreender os agentes que promoveram as diversidades regionais. Tal atitude permitirá compreender as chamadas “desigualdades regionais” como conseqüências, também, da incorporação seletiva de novas relações técnicas. Para empreender essa tarefa partiremos da

⁷ A descoberta do ouro demandou uma nova política territorial para o Estado, que incluía a criação da Capitania de Goiás, uma política tributária, além da fundação vilas e arraiais.

proposta do IBGE (1991) que regionalizou o Estado em mesorregiões e microrregiões geográficas. Consta no CENSO (1991:17) que:

As mesorregiões geográficas constituem o macro espaço estadual e foram identificadas a partir da análise do processo social, do quadro natural e da vida de relações. Além da delimitação do espaço, foram caracterizados os fatores que os explicam, buscando, dessa forma, uma compreensão das diferentes realidades subregionais, definindo e explicando o papel de cada espaço no conjunto de toda organização espacial do estado.

TABELA 01
ESTADO DE GOIÁS: DIVISÃO REGIONAL

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO
001- NOROESTE GOIANO	001- São Miguel do Araguaia / 002- Rio Vermelho / 003- Aragarças
002 - NORTE GOIANO	004- Porangatu / 005- Chapada dos Veadeiros
003 - CENTRO GOIANO	006- Ceres / 007- Anápolis / 008 - Iporá / 009 - Anicuns / 010- Goiânia
004 - LESTE GOIANO	011- Vão do Paranã / 012- Entorno de Brasília
005 - SUL GOIANO	013- Sudoeste de Goiás / 014- Vale do Rio dos Bois / 015- Meia Ponte / 016- Pires do Rio / 017- Catalão / 018- Quirinópolis

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de Goiás. 1996.

A divisão em micro e mesorregiões não foi a primeira divisão regional do Estado. Antes a divisão regional obedecia a critérios explicitamente naturais, onde variáveis como vegetação, hidrografia, relevo, estavam presentes na própria apresentação da região. Assim, para exemplificar, no Norte Goiano tínhamos a região do médio Tocantins-Araguaia, a região da Serra Geral de Goiás, como no Sul Goiano a região da Serra do Caiapó, a região da Vertente Goiana do Paranaíba, bem como a região do Mato Grosso Goiano, hoje Centro Goiano. Devemos lembrar que nessa divisão o Estado do Tocantins ainda não havia sido emancipado do atual território goiano.

Já os atuais critérios utilizados pelo IBGE para regionalizar o Estado de Goiás, sob o ponto de vista das mesorregiões e microrregiões, são bem diferentes dos anteriores, tendo importância significativa, especialmente se considerarmos o ponto de vista administrativo, pois possibilitou a reunião de dados censitários seguindo os limites municipais, o que é útil

para o planejamento, já que essa é tributária de um momento que o planejamento regional foi valorizado por um Estado preocupado com as questões regionais e a regionalização dos espaços do país, o que colocou em evidência a opção feita pelas regiões homogêneas e funcionais. No entanto, isso não impede que façamos reflexões que possam colocar em evidência novas relações construídas no espaço regional goiano, como, para exemplificar, tem sugerido Antônio Teixeira Neto ao regionalizar o território goiano na perspectiva das regiões geoeconômicas⁸. Negar esse aspecto seria congelar, aprisionar o real numa definição - precisamos lembrar que os conceitos foram elaborados levando em conta processos que hoje adquiriram uma dinâmica diferente.

Esses novos processos, essa é uma de nossas hipóteses, já podem ser identificados a partir da década de 1970, quando um novo padrão de reprodução espacial se impõe seletivamente no território nacional, com base crescente no conteúdo científico e técnico, criando um meio que Santos (1994) adjectivou de “*técnico científico-informacional*”. É o espaço sendo transformado pela técnica e pela informação, ganhando fluidez, rompendo as barreiras temporais da comunicação entre empresas, pessoas e instituições, vencendo e convertendo, a partir da intencionalidade mercadológica, os ambientes mais inóspitos em recursos. Nesse momento o cerrado torna-se, então, uma região intencionalmente agrícola. Os solos ácidos e de baixa fertilidade, com o uso do calcário e de técnicas agrícolas específicas, foram convertidos em fatores de alta produtividade agrícola, especialmente para a soja, cultura adaptada pelas condições tecnológicas desenvolvidas pela engenharia agrícola. Interessante notar o papel da ciência, da pesquisa aplicada, que possibilitou o cultivo da soja em um país de climas e solos tão diversos. Isso ocorreu primeiramente nas terras do Sul do país, e já nas décadas de 1970 e 1980 atingiu o Centro-Oeste, incorporando áreas do Estado de Goiás e continuando sua marcha na direção do Norte e Nordeste do país. Em Goiás, a soja entra via região Sul e Sudoeste do Estado, onde, especialmente na última, os chapadões revestidos pelo cerrado dito improdutivo foram transformados numa paisagem verde e homogênea, como os cinturões norte-americanos, dando indicativos de uma região já articulada com o processo produtivo internacional.

A transformação do cerrado em área produtiva, segundo o modelo dominante, ocorreu concomitantemente ao processo de urbanização do Estado. Os dados demográficos

⁸ Teixeira Neto (In: Gomes:1993) sugere a existência, entre outras, de quatro regiões geoeconômicas. São elas: o Sudoeste Goiano, o “Mato Grosso Goiano”, o Sudeste Goiano e o Corredor da “Belém-Brasília”.

demonstram uma radical inversão das taxas de urbanização do Estado a partir da década de 1970. Se em 1960 apenas 37% da população do Estado viviam em cidades, em 1980, esse número passava de 60%. Segundo dados do IBGE, em 1996, o índice de urbanização do Estado atingiu 85,7%. Se considerarmos os resultados preliminares do Censo 2000, observamos que esse número de pessoas vivendo em cidades ultrapassa os 87%, de uma população total de 4.994.897. Isso significa que 4.389.108 habitantes vivem em cidades. Essa urbanização do Estado, sendo observada do ponto de vista regional, nos leva a considerá-la em seu aspecto concentrado e seletivo.

TABELA 02
REGIONALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO
POPULAÇÃO DO ESTADO

MESORREGIÃO	ÁREA (Km ²)	1996				2000			
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
NOROESTE GOIANO	56.109.9	216.430	219.390	162.320	57.070				
NORTE GOIANO	56.762.2	283.536	282.544	209.653	72.891				
CENTRO GOIANO	41.038.8	2301.727	2.531.312	2.357.035	174.277				
LESTE GOIANO	55.664.8	733.060	904.777	780.154	124.623				
SUL GOIANO	131.984.7	981.115	1.056.873	879.946	176.927				
ESTADO	341.289,5	4515.868	4.994.897	4.389.108	605.789				

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1996 / Censo Demográfico 2000.

Os dados da tabela 02 demonstram a concentração da população nas mesorregiões do Centro, Sul e Leste Goiano. Mais de 89% da população do Estado esta concentrada nessas três regiões. Além disso, respectivamente, são as mesoregiões mais urbanizadas do Estado. O fator histórico do povoamento que segue, especialmente a partir do início do século XX, pelos trilhos da estrada de ferro, ou seja, pela região Sudeste do Estado, em contrapartida com o povoamento esparsa fomentado pela atividade pecuária e a agricultura tradicional da região Norte, bem como os processos espaciais que ocorreram com a edificação de Brasília e seu Entorno podem nos auxiliar na explicação dessas dinâmicas regionais.

Quando nos referimos ao dado demográfico na mesorregião do Centro Goiano, não podemos deixar de assinalar que seu destaque se deve à presença de cidades como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, com 1090.581, 335.822, 287.666 habitantes, respectivamente, em 2000. Goiânia e Aparecida de Goiânia fazem parte da chamada microrregião de Goiânia e Anápolis faz parte da microrregião de Anápolis. Esses três municípios representam mais de 67% da população dessa mesorregião, ficando o restante distribuído entre os mais de setenta municípios restantes. O mesmo raciocínio pode ser

empregado se analisada a urbanização que também deve-se à presença das já citadas microregiões de Anápolis e Goiânia, com índices de urbanização que ultrapassam em muito as outras microregiões. A cidade de Goiânia, por exemplo, em 2000, apresentou uma população urbana maior que 99,3%. É preciso anotar que essa mesorregião é uma das mais dinâmicas do Estado. Para se ter uma idéia, em 1991, do universo de 77 municípios, 14 apresentaram índices de urbanização abaixo de 50%. Em 2000, são apenas seis municípios com população rural maior que a urbana⁹. Além disso no período 1991/1996 registrou-se um maior crescimento das cidades do entorno de Goiânia em detrimento da capital do Estado. Enquanto Goiânia, no referido período, cresceu 1,72%, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, cresceram 8,30, 13,11, e 5,25, respectivamente. No período 1996/2000 o entorno continuo a crescer mais que Goiânia e o Estado, tendo Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade apresentado taxas de crescimento geométrico de 6,01, 4,62 e 4,62, respectivamente. Outras cidades como Bonfinópolis, Goiânia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, cresceram 5,53, 5,39, 5,07 e 6,23, no mesmo período, o que pode significar, seguindo um raciocínio que não se contenta com a dado estático, que Goiânia continua em expansão, uma vez que as cidades do entorno também vivem, consomem e produzem em Goiânia. A produção, nesse sentido, vai além do dado material, passando para o simbólico e cultural.

Outra questão importante que demonstra a particularidade dessa mesorregião é a rede urbana que se desenha entre Goiânia e os municípios vizinhos, alguns já em processo de conurbação. Anápolis, cidade que se encontra a pouco menos de 50 km de Goiânia, e os municípios do entorno de Goiânia¹⁰, concentram uma população maior de quase dois milhões de habitantes. A funcionalidade dessa região há muito deixou de ser determinada pelo padrão de uso do solo para a agropecuária. Podemos considerar outros componentes espaciais na definição das funcionalidades para essa região do Estado. É possível que o fluxo de informações, os sistemas de redes que ordenam a produção, a funcionalidade administrativa, além da grande concentração de serviços públicos nessa área que abrange o aglomerado de Goiânia, incluindo também o município de Anápolis, pólo industrial e farmoquímico do Estado, possam fornecer novos parâmetros que nos façam repensar a região. Anápolis, terceira

⁹ Esses municípios são: Guarinos, Pilar de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Patrício, na microrregião de Ceres; Caldazinha, na microrregião de Goiânia.

¹⁰ O chamado Aglomerado Urbano de Goiânia, com uma população em 2000 de 1.664.072 habitantes, compreende 15 municípios, são eles: Brazabrantas, Trindade, Nerópolis, Goiânia, Santo Antônio, Senador Canedo, Goianira, Abadia de Goiás, Goianópolis, Aparecida de Goiânia, Bonfinópolis, Guapó, Aragoiânia, Hidrolândia e Bela Vista de Goiás.

cidade do Estado ponto de vista demográfico, mas segunda em grau de importância sócio-econômica, sedia o mais estruturado Distrito Industrial do Estado, o chamado DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis)¹¹, que vem, nos dias de hoje, passando por transformações em função da instalação na área do Distrito de um “Porto Seco”. O Porto Seco, nome genérico da EADI (Estação Aduaneira do Interior), possibilitará, segundo o discurso do Estado, uma maior integração entre o Centro-Oeste e o mercado internacional, uma vez que o objetivo é facilitar as importações e exportações, a partir de mecanismos alfandegários e de serviços específicos, de produtos das mais diferentes origens. Essa é uma nova realidade para essa região que observa a possibilidade da revitalização dos dormentes que chegaram à região na década de 30 e a partir da década de 1970 não representam mais que lembranças do tempo em que o progresso seguia o apito do trem.

Esse destaque dado à região de Goiânia e Anápolis apresenta indicativos de uma nova configuração que escapa ao padrão tradicional de região. É preciso entender que as funcionalidades mudaram, muitas vezes ultrapassando o espaço regional. Os meios informacionais que agregam fluidez ao espaço possibilitaram isso. Para se ter uma idéia, dos 597.365 terminais telefônicos instalados no Estado, em 1996, 364.796 encontram-se no município de Goiânia. Das 594 agências bancárias privadas e estatais, operavam no Estado em 1995, 295 encontram-se nessa região, sendo que dessas, 161 estão na cidade de Goiânia, o que pode demonstrar um nível de articulação financeira maior dessa região com o Estado, o restante do país e o mercado internacional.

O mesmo procedimento de análise pode ser utilizado para outras regiões do Estado, como por exemplo a mesorregião Noroeste, que corresponde, na sua quase totalidade, à região da “Estrada do Boi”. A estrada foi estudada por Barreira (1997) como recurso explicativo dessa região que corresponde ao médio Araguaia.

Não é a primeira vez que isso ocorre na história de Goiás. Em excelente artigo, Neto (2000) estuda as influências dos caminhos no ordenamento do território Goiano, desde o período mineratório, até os dias de hoje. O resultado é um “mapa” da refuncionalização dos caminhos que partiram e partem para e do território Goiano. Os caminhos imperiais e coloniais em busca do ouro, a ferrovia, as estradas modernas como a BR 153, a 040 e 050, além da GO 164 (Estrada do Boi), não só promoveram os encontros, mas também possibilitaram a apropriação

¹¹ Sobre a política de industrialização no Estado de Goiás a partir da implementação dos Distritos Industriais, especialmente o DAIA, consultar Santos (B) (2000).

do espaço goiano. Isso ocorreu com muita evidência na região da Estrada do Boi. A estrada nessa região, primeiro com a GO 164, depois com a BR 153, rompeu o isolamento e possibilitou a articulação, o fluxo, com o Norte do País e o Centro Goiano, região consumidora de carne bovina. Segundo Barreira (1997:56): *“Pelos suas características topográficas e pedológicas, a principal vocação da Região da Estrada do Boi é a atividade agropastoril”*. A região concentrava, em 1994, mais de 22% do efetivo do rebanho bovino do Estado e menos de 5% da população do total do Estado. A cria, recria e engorda do gado foi favorecida pelas condições naturais oferecidas pelo médio Araguaia, o que nos faz lembrar, também, das possibilidades turísticas diretamente ligadas ao Rio Araguaia, especialmente em cidades como Aruanã e São Miguel do Araguaia.

Acreditamos que o “termo” região da “Estrada do Boi”, trabalhado de forma detalhada por Barreira (1997), seja mais adequado para essa Mesorregião que o “termo” Noroeste, trabalhado pelo IBGE. O primeiro, do ponto de vista conceitual, oferece algumas vantagens, entre elas a de considerar o processo histórico de povoamento, a dinâmica regional que em diferentes períodos, e até nos dias atuais, envolveram a “Estrada do Boi”, pois na “vida de relações” a atividade que predomina ainda é a pecuária, além do que o conceito nos faz pensar na constituição da paisagem natural e humanizada pelo viés do incremento de novas relações técnicas para a atividade agropastoril.

O Norte Goiano é considerado aqui compreendendo apenas a microrregião de Porangatu, pois achamos por bem, como poderá ser observado durante o decorrer da discussão, incluir a microrregião da Chapada dos Veadeiros, que faz parte da mesorregião Norte, no chamado Nordeste Goiano. A geografia dessa região, que se encontra entre os vales do Araguaia e do Tocantins, chamada por Teixeira Neto (2000) de a *“Mesopotâmia Goiana”*, nunca mais foi a mesma desde a construção da BR 153. A percepção dessa mudança pode ser notada no estudo de Valverde & Dias (1967:177):

A Secção Central da rodovia Belém-Brasília rasgou o sertão brasileiro. A abertura da estrada teve realmente o efeito de um dreno colocado numa região próxima ao centro geométrico do país e estagnada por falta de circulação.

A rodovia significou, para alguns municípios da região Norte do Estado, uma completa refuncionalização das formas e funções urbanas. Para o Estado, que até então incluía o Estado

do Tocantins¹², significou, do ponto de vista nacional, a integração definitiva com o país. Já do ponto de vista regional, a estrada desarticulou o sistema de transporte, especialmente o fluvial, já precário, pelo lado oriental do Tocantins, drenando todo o fluxo para a região próxima ao Vale do Araguaia que se transformou em eixo de ligação com o Norte do Estado e o Norte do país.

Merece destaque nessa região o que podemos chamar de “Quadrilátero do Norte”, formado pelos municípios de Porangatu, Niquelândia, Uruaçu e Minaçu, cidades mais importantes do ponto de vista demográfico e econômico da região. Nessa região, além da importância da pecuária, o setor mineral destaca-se. Niquelândia pela produção de níquel, ferro e concentrado fosfático; Minaçu pela significativa produção de Amianto e as perspectivas negativas geradas com a pressão internacional em torno da interrupção da comercialização desse produto. Além disso nessa região podemos destacar a geração de energia hidroelétrica em Serra da Mesa, o que vem despertando a atividade turística em algumas cidades da região, como Niquelândia e Uruaçu, onde, especialmente nessa última, já se podem notar as alterações na paisagem urbana.

Outra região interessante, que mereceria maior destaque por parte da geografia goiana, é o Entorno de Brasília. Ali encontramos o exemplo de um espaço constituído a partir de um projeto de articulação territorial nacional, que foi a edificação de Brasília. O Entorno é a negação de Brasília. A negação e a demonstração das contradições que a modernidade criou. Mello (1999), em um dos poucos trabalhos realizados pela geografia goiana sobre o Entorno de Brasília, nos faz pensar na articulação existente entre a constituição da região e os projetos políticos a partir da década de 1950. Segundo o autor (1999:443):

...a região do Entorno de Brasília deve ser tratada como uma ‘criação’ política, ‘instituída’ para propiciar a implantação e ‘manutenção’ da nova capital do país, que por sua vez estava incluída como ‘elemento’ articulador de um projeto de integração do território em nível nacional.

Interessante notar que hoje o Entorno de Brasília constituiu-se numa região ambígua, tanto para Brasília como para Goiás. Brasília “usa” do Entorno e o Entorno, em certa medida,

¹² O Estado do Tocantins foi criado em 1989, sendo que as disposições legais estão contidas no artigo 13 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição de 1988. Consta no § 1º do citado Artigo: “O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos” (1988:111). Interessante notar que a partir da emancipação do Tocantins as representações sobre o Norte e Centro do Estado mudam significativamente.

em função da grande necessidade de mão de obra, sobrevive de Brasília. Mas o Entorno também ameaça, o que lhe torna alvo de políticas públicas para a amenização dos problemas sócio-econômicos causados, segundo o discurso oficial, pela grande crescimento demográfico da região. No Entorno de Brasília existem 07 cidades com população superior a cinquenta mil habitantes. Além disso, considerando-se a regionalização do Estado a partir das microrregiões, o Entorno de Brasília é a segunda microrregião com maior população, em 2000, com 812.877 habitantes, ficando atrás apenas da microrregião de Goiânia. Outro dado interessante diz respeito ao crescimento geométrico referente à 1991/1996, que foi de 6,44%, quando a média do Estado, no mesmo período, foi de 2,36. O que preocupa mais é que a tendência ao crescimento acelerado continuou, pois o Censo 2000 apontou essa região como a que mais cresceu no Estado de Goiás. Todas as cidades do Entorno de Brasília apresentaram crescimento geométrico positivo. Água Fria de Goiás (4,33), Cidade Ocidental (5,06), Cristalina (4,78), Luziânia (7,18), Novo Gama (5,29), Padre Bernardo (6,23), Planaltina (5,85), Valparaíso de Goiás (5,66), Vila Boa (4,84), Vila Propício (4,58), nada comparado ao crescimento de Águas Lindas de Goiás com 14,42¹³, atingindo uma população em 2000 de 105.379 habitantes, dos quais apenas 163 no meio rural¹⁴. Essa região, em consequência do crescimento populacional acelerado, segundo os discursos da mídia e do Estado, vem sendo classificada como uma das mais violentas do país. Essa representação ideológica já vem produzindo discursos que vêem como alternativa a criação de um Estado nessa região, uma vez que a questão da violência vem sendo entendida como uma questão de polícia e não de políticas sociais justas. Mais uma vez toma-se a região como uma entidade viva, e sobretudo nociva. Transformar a região num Estado, com um novo pacto territorial, não garante que a chamada violência urbana acabará. A geografia dessa região é mais complexa do que pensam alguns políticos.

Seria impossível pensar o Norte, o Entorno, o Noroeste, o Sudeste, como qualquer outra região de Goiás, de maneira isolada. Aqui, mais que certezas, ficam indicativos de mudanças na configuração regional do Estado. A política de transportes, o mapa produtivo, o mapa populacional, a rede urbana, a fluidez de determinadas regiões, a rigidez de outras, o discurso institucional que utiliza ideologicamente a região como objeto de ação e controle, são

¹³ Devemos observar esses dados levando em consideração o processo de fragmentação dos municípios.

¹⁴ Como outras regiões do Estado, o Entorno de Brasília deveria receber mais atenção por parte da geografia goiana, especialmente em pesquisas sobre o processo de fragmentação dos municípios, a especulação imobiliária e a migração regional.

aspectos que muitas vezes fogem ao nosso olhar, mas que são elementos chaves para a elaboração de novos discursos regionais para e pelo Estado, como veremos com mais detalhe a partir de agora, uma vez que desenvolveremos uma análise comparativa entre duas regiões do Estado.

4 - NOVAS FORMAS DE OLHAR VELHAS REGIÕES

Novos conteúdos estão sendo incorporados às velhas regiões, que muitas vezes ainda insistimos em adjetivá-las, como no passado, negando a dinâmica que envolve sua produção. Dessa forma, ao falar em região devemos estar cientes de que o conceito envolve mais que a constatação de aspectos e configurações naturais. Quando o conceito de região nega seu aspecto de idéia historicamente construída, estamos, antes de tudo, conduzindo, intencionalmente ou não, os olhares para a realidade. O perigo, que pode comprometer a análise, é considerar o conceito como um modelo. Os modelos, então, devem ser pensados à luz da contemporaneidade, o que nos leva a considerar que as “*densidades racionais*”, mais que os recortes naturais, tem influenciado as dinâmicas regionais.

O conteúdo racional de uma região, ou mesmo a densidade racional, está ligado às condições estruturais, à fluidez e intercâmbio, à divisão do trabalho global, presentes na região. Uma espécie de seletividade programada, intencional, visando a maximização do lucro, está por trás do conteúdo racional da região. Uma nova seletividade entra em cena. A disposição de mão-de-obra e a proximidade em relação ao mercado consumidor já não ordenam o espaço que agora, segundo as reflexões de Santos (2000), tornou-se “*território usado*”. A seletividade agora é da técnica, das condições fiscais, da infra-estrutura informacional (rede de telecomunicações, internet, satélites), que garantem a fluidez. O espaço agora é o espaço das redes que drenam a produção, o que nos faz olhar para o mapa do Estado de Goiás de outra forma, considerando-o em sua relação com a produção do espaço global. Segundo Santos (1997:205):

Os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue. Tais categorias podem, facilmente, ser identificadas na realidade empírica.

Considerando a densidade técnica como um elemento importante e que promove as diferenciações regionais, elegemos, para os fins dessa análise, duas regiões do Estado de Goiás, o que vai nos permitir colocar em questão as idéias até aqui apresentadas. Com esse propósito lançaremos olhares, breves reflexões, sobre as regiões Sudoeste e Nordeste de Goiás.

A microrregião Sudoeste pode ser entendida como uma das mais singulares do Estado de Goiás. Considerada pelo IBGE como uma microrregião geográfica, abrangendo um total de 13 municípios, guarda a particularidade por ser o ponto de divisa com os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nessa região, os dormentes, que despertaram um certo padrão de reprodução nas relações econômicas no Sudeste do Estado no início do século, para lembrar a metáfora de Borges (1990), adquiriram outras funções. Despertam para a soja numa região articulada com o mercado nacional e internacional. Certamente, o sonho da ferrovia, como fora no passado para os habitantes de Catalão, Goiandira, Ipameri, e outros municípios que aguardavam ansiosamente o progresso representado pelos trilhos, não adquire a mesma função para os habitantes da região Sudoeste, onde a FERRONORTE caminha a “passos” largos, possibilitando o escoamento de parte da soja produzida na região. Esse espaço, símbolo de uma prosperidade, segundo o discurso oficial, exhibe gratuitamente seu conteúdo racional, tornando o Sudoeste exemplo de uma região metamorfoseada pelo capital. Nessa região, estão localizadas cidades populosas e importantes economicamente, como Rio Verde, Jataí e Mineiros, mas também, cidades com população inferior a 5.000 habitantes, como Chapadão do Céu, mas que guardam um conteúdo racional que nos faz pensar nos limites dos modelos de classificação de cidades tendo como base o dado demográfico.

A complexidade produtiva dessa região revela-se no montante de recursos que o Estado, a partir de 1970, via política agrícola, destinou para as áreas de cerrados que cobriam essa região, no intuito de transformá-la numa área agrícola. Incentivos financeiros e fiscais não faltaram. A Política de Preço Mínimo, o Crédito Agrícola, a Política de Estocagem de Grãos e o acesso ao crédito facilitado por programas como o POLOCENTRO, o investimento direto em infra-estrutura, resumem o quanto o interesse do grande capital, do complexo agroindustrial estiveram voltados para essa região, o que pode ser verificado em pesquisa desenvolvida por Campos (1999). O Estado, podemos dizer, produziu a fluidez que possibilitou um novo arranjo para essa região. O resultado, para o Estado e para o grande capital, não poderia ter sido melhor: basta observarmos as mudanças na paisagem e nas relações de produção dessa, que para o discurso do Estado, passou a ser uma região

“moderna”, produtiva. Os municípios goianos com maior produção agrícola de algodão, cana de açúcar, milho, soja, por exemplo, estão na região Sudoeste. Cidades como Santa Helena, Acreúna, Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Mineiros, estão entre os maiores produtores de grãos do Estado, além da forte pecuária bovina.

Ao contrário do Sudoeste, o Nordeste Goiano, do ponto de vista da participação no montante da produção agrícola do Estado, especialmente aqueles produtos com interesses no mercado internacional, é inexpressivo, fato que tem uma justificativa histórica diretamente ligada à incorporação de espaços produtivos no Estado de Goiás. Historicamente o Nordeste goiano esteve mais ligado ao Norte de Goiás e ao Nordeste do país. Região povoada em função da mineração e da pecuária, essa identificada enquanto atividade subsidiária, emerge como região produtiva para um mercado regional, especialmente após a construção da Rodovia Belém-Brasília, eixo de ligação entre o Sul e o Norte do País e da BR-020, que liga Brasília ao Oeste da Bahia. Região distante da promessa da estrada de ferro, representação da pobreza, historicamente teve um baixo conteúdo racional, especialmente se comparada ao Sul do Estado.

O conceito de Nordeste Goiano não foi formalizado pelo IBGE. Aqui o conceito é utilizado para justificar a regionalização de uma parte do Estado que compreende as chamadas microrregiões da Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. Esta última, juntamente com a microrregião do Entorno de Brasília, compreende a chamada mesorregião Leste Goiano. Acreditamos que o Vão do Paranã tenha vínculos e maiores semelhanças com a microrregião Chapada dos Veadeiros que, com o Entorno de Brasília, seja do ponto de vista sócio-econômico, ou mesmo da estrutura da paisagem.

Em detrimento do Sudoeste goiano, o Nordeste Goiano demonstra o quanto o discurso regional é invocado para justificar determinadas políticas públicas e escamotear as relações políticas que estão por trás do discurso regional. Já há algum tempo o Nordeste Goiano apresenta-se como região objeto de ações emergenciais por parte do Governo Estadual e Federal, especialmente pelo fato da sua proximidade do Entorno de Brasília. Ali, mais uma vez, o discurso é articulado de forma metonímica, fazendo crer que a pobreza, a miséria, são características inerentes à região, uma espécie de determinismo histórico e ambiental, justificado pelas condições ambientais (especialmente a topografia irregular) que inibiram durante décadas a circulação e a produção de bens em escala comercial. A participação da agricultura, como também da indústria, no montante da produção do Estado é

insignificante, muito embora não seja para aqueles que vivem no campo, resistindo e mostrando que existem outras escalas de produção que não aquelas determinadas pelo grande capital. Esses dados constituem a base do discurso que desqualifica e condena a região. É como se a região fosse um ser natural dotado de vida e intencionalidade próprias.

Mas a questão ainda não é essa. Identificar quantitativamente a produção dessa ou daquela região é uma tarefa meramente formal. Devemos considerar os meios, os processos, que viabilizaram a produção da diferenciação regional, da produção da diferença espacial essencial para a reprodução das relações capitalistas. Os dados a seguir podem indicar como esse padrão de produção da diferença marcou a constituição dessas duas regiões:

TABELA 03
SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE O NE E O SO

	SUDOESTE	NORDESTE	ESTADO
POPULAÇÃO TOTAL (2000)	344.120	148.029	4.994.897
ÁREA (KM2)	56.293.3	38.928.6	341.289.5
% DE POPULAÇÃO URBANA (2000)	87.26	61.5	87.87
NÚMERO DE MUNICÍPIOS (2000)	18	20	246
MUNICÍPIOS COM MAIS DE 20.000 (2000)	04	01	47

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1996 / Censo Demográfico 2000.

Os dados demográficos, geralmente, demonstram a concentração de capitais por meio da aglomeração de mão-de-obra, bem como do processo industrial em determinadas regiões. Iniciando a comparação a partir do dado demográfico fica claro a maior concentração de pessoas na região Sudoeste do Estado em relação ao Nordeste Goiano, tanto no que toca ao número absoluto da população, como à população no espaço urbano. Esse último, em se tratando da região Nordeste Goiano atingiu, em 2000, 61,5%. Em 2000, nove dos vinte municípios apresentam população rural maior que a urbana. Outro dado significativo, que mereceria um estudo específico, é que dos vinte municípios da região sete apresentaram, no período de 1991 / 1996, taxa geométrica de crescimento populacional negativa, o que significa, objetivamente, que esses municípios perderam população. Em relação ao período 1996/2000 seis municípios, objetivamente, perderam população. Os dados podem indicar que o rural, mais que o agrícola, está presente nessa região e tem sua base construída, ainda, na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. A não compreensão desse rural, por vezes entendido como sinônimo de pobreza e atraso, reforça a construção do discurso de um “Nordeste Pobre”, pois os indicadores sociais daqueles que habitam o rural ainda são considerados à luz

daqueles que habitam o urbano, como, por exemplo, a taxa de analfabetismo, a infra-estrutura de água e esgoto, as unidades hospitalares, o número de leitos disponíveis, além da renda que, seguramente, se computado somente o valor em moeda é uma das menores do Estado. Todos esses “indicadores”, especialmente se comparados às outras regiões do Estado, reforçam o discurso do atraso e do subdesenvolvimento dessa região.

Do outro extremo do Estado, no Sudoeste, aparece o agrícola, ou o rural modernizado, com alto conteúdo racional, receptivo às formas modernas de produção, com padrões de consumo diferentes daqueles do Nordeste Goiano.¹⁵ A dialética entre o rural e o urbano se completa na síntese do agrícola colocando em dúvida a separação campo / cidade. Entre o rural e o urbano aparece o agrícola, carregado das contradições do rural e do urbano. Para Santos (1996:67):

A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades.

Com um índice de urbanização maior que 80% e uma rede urbana de 04 municípios com mais de 30.000 habitantes, sendo que desses, Rio Verde e Jataí são os mais populosos, apresentando uma população em 2000 de 116.559 e 75.408 habitantes, respectivamente, a região Sudoeste apresenta-se como paradigma produtivo para o Estado, especialmente porque parte significativa da participação das exportações dos produtos agropecuários de Goiás. Lá, indústria e agricultura criaram o agrícola que vem suprimindo o rural. A agricultura moderna, juntamente com a agroindústria, mudaram significativamente o padrão de uso do solo. Marinho (2000) em estudo realizado na região demonstra a evolução, a partir da década de 1970, no uso de fertilizantes químicos, orgânicos e calcário no solo como elemento que possibilitou o aumento da produtividade, tanto vertical quanto horizontal. É a chamada modernização conservadora, que moderniza as relações de produção com incrementos técnicos, conservando relações de exploração do trabalho, causando prejuízos sociais e ambientais. Com isso, em cidades como Rio Verde, Mineiros e Jataí, já podemos identificar uma concentração de pessoas que não tem direito ao urbano nem ao rural, somente à transitoriedade do agrícola. A contradição entre a pobreza das favelas e o novo padrão de

edificação da classe abastada, como em Mineiros, demonstra que, assim como o urbano, o agrícola também produziu uma pobreza cada vez mais distante do rural e do urbano, ou melhor, do que o urbano e o rural poderiam oferecer.

Esse processo não ocorreu por acaso. Foi pensado pelo Estado e pelo capital. O primeiro, para lembrar Lipietz (1988), garantiu a produção das mediações técnicas e deixou o espaço livre para o capital. Produzir não basta. Foi preciso dar fluidez à produção, construir estradas e ferrovias; dar crédito, investir em energia elétrica, nas telecomunicações, permitir, por exemplo, que os contatos e contratos fossem estabelecidos com a Bolsa de Chicago; que uma empresa como a Perdigão e muitas outras produzam nessa região, criando um território econômico, multiplicando sua produção e subordinando os agentes sociais locais à sua lógica, que não é mais local, mas mundial.

A produção desse espaço sob o meio técnico científico-informacional passa a exigir novos padrões de consumo, novas formas de organização empresarial e burocrática baseadas nos princípios da racionalidade e da velocidade, reforçando as já presentes diferenciações regionais em Goiás. Segundo Santos (1996:47):

Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do País e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer.

A região Sudoeste foi preparada intencionalmente para o progresso, para o mandar e o fazer, numa escala que vai além dos limites da própria região. É do fazer porque lá a produção acontece. É do mandar, se considerada a escala regional, pois a força do grande capital é capaz de ordenar a produção a partir desse espaço regional.

Ao Nordeste Goiano, talvez fosse mais adequada a expressão região do “*esperar*”. Nem do “mandar”, nem do “fazer”, mas do “*esperar*” pelo fazer. Uma região herdeira de formas arcaicas, que ainda, segundo o discurso do Estado, precisa se modernizar. Essa região do “*esperar*”, diferentemente do Sudoeste Goiano, tem um tempo regional lento, quebrado apenas pelo fluxo veloz da BR 020, que liga o Estado de Goiás à Bahia. Um tempo lento,

¹⁵ Santos (1994) faz referências à existência de um Brasil “preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas”. Essa distinção não exclui, acreditamos, a possibilidade do rural. O rural, como entendemos, ainda persiste em certos espaços regionais, como é o caso, grosso modo, do Nordeste Goiano.

pouco fluido, mas nem por isso de menor importância para o capital e para o Estado, especialmente se considerarmos o papel da técnica na capitalização do espaço. Essa tendência à mudança dos tempos, ou de uma espera por tempos mais velozes, em se tratando do Nordeste Goiano, pode ser verificada no pensamento de Barreira (1997:209) ao se referir à região do Vão do Paranã:

Pode-se afirmar que a região é a última em Goiás a passar por processos de transformação, oriundos dos impactos econômicos de incorporação de novas áreas, ou criação de novos espaços no contexto de uma divisão nacional do trabalho que continua a requerer áreas que produzem alimentos e matérias-primas, a despeito de não ser mais tão determinante ou tão vital ocupar o espaço, mas reapropriá-lo, uma vez que não havia ali um vazio total, mas um espaço com visão econômica.

O pensamento da marginalização social e econômica, uma vez que a região contribui economicamente, do ponto da tributação do ICMS, com menos de 0,5% da arrecadação do Estado, é um dos pontos que justifica a criação de um programa especial e destinação de recursos para o Nordeste Goiano. A implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano (Nordeste Novo), segundo o Governo Estadual, “*objetiva corrigir as distorções e os desequilíbrios, integrando a região às demais áreas do Estado*” (Economia & Desenvolvimento, 1999:51). Entre as ações emergenciais propostas pela Agência de Desenvolvimento Regional do Estado, estão a implantação do Banco do Povo, a distribuição de cestas básicas, melhoramento da infra-estrutura de energia, no ensino fundamental, médio e superior, entre outros programas promovidos pelo Estado, que vão transformar a realidade social dessa região. A prosperidade, dessa vez em matéria veiculada no Jornal *O Popular* sobre o Nordeste Goiano no dia 18 de junho de 2000, com o título “*Miséria esvaçiza as cidades*” é o que separa o Nordeste do Sudoeste. O Nordeste deve, segundo esse raciocínio, seguir os caminhos do Sudoeste se quiser sair da letargia na qual, segundo esse discurso, se encontra.

É possível destacar o aspecto político-ideológico presente na constituição dos discursos regionais. O Sudoeste é isso porque produz aquilo. Nordeste é aquilo, porque não produz isso. O jogo de palavras é proposital. Envolve o longe (aquilo que o Nordeste não produz) e o perto (isso que o Sudoeste produz). Podemos perceber que a distância entre o Sudoeste rico e o Nordeste pobre é fruto de um pensamento ideologicamente elaborado pelos grupos dominantes. Aqui vale lembrar as palavras de Lipietz (1988:29) :

Não há ‘região pobre’, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço.

O discurso regional organicista produzido pelo Estado e meios de comunicação trabalha com a polarização entre o Sudoeste e o Nordeste, como se as regiões não fizessem parte de um mesmo processo de produzir a diferença para aumentar a acumulação de capital. Aqui, o conceito de região “personagem” impede a identificação dos processos sociais interiores e exteriores à região, condicionando e determinando o futuro em função de formas pretéritas que se perpetuam no imaginário regional.

O fato é que nem o Sudoeste é uma ilha de desenvolvimento, eldorado do Estado, muito menos o Nordeste deve ser considerado o corredor da miséria. Considerá-lo como corredor da miséria é aceitar o discurso e não desconfiar das promessas da modernidade. Basta observar que a modernidade produzida no Sudoeste não foi capaz, até o momento, de minimizar o flagelo de parte significativa da população que vive em favelas ou nas periferias de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena, entre tantos outros municípios. A questão é que se o Sudoeste produziu a modernidade, também, não devemos esquecer, produziu o seu oposto, ou seja, a miséria e a proletarização de parte significativa da população que os indicadores sociais podem camuflar.

Há muitas outras diferenças entre o Sudoeste e o Nordeste. Uma visita aos municípios de São Domingos e Mineiros, nas regiões Nordeste e Sudoeste, respectivamente, pode dar a dimensão dessas diferenças. Mas também há as diferenças produzidas pelos discursos. A questão é que o discurso regional, com mais ou menos eficiência, sempre foi utilizado para adjetivar essa ou aquela porção do Estado de Goiás. O que nos interessou nesse trabalho foi apontar, mais do que analisar profundamente, algumas concepções de região, procurando estabelecer uma relação com os conceitos de região da geografia, para num segundo momento confrontar essas concepções com a realidade do Estado de Goiás, buscando, com tal procedimento, indicar elementos que coloquem em evidências outras regiões, construídas por outros princípios, ou melhor, outras geografias.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O velho e o novo olhar. A velha e a nova forma. A forma e o olhar. Olhar as formas e as regiões do Estado de Goiás, essa foi nossa pretensão. Foram muitos os olhares que

percorreram Goiás. A análise dos olhares, seja dos bandeirantes, dos caboclos, dos escravos, dos índios, dos portugueses, dos jesuítas, dos paulistas, como também dos empresários modernos que migraram do sul com a tarefa não só de olhar, mas de transformar a paisagem retorcida do cerrado em formas geométricas mais produtivas, revela que a região, desde há muito tempo, não pode ser pensada de modo isolado. Nesse universo de olhares, o nosso é apenas mais um, movido por uma teoria que se “esfrangalha” e se refaz no contato com a realidade, tornando-se, para utilizar a expressão de Morin (1999), “biodegradável”. Biodegradável como a região que nega, muitas vezes, os princípios rígidos da classificação científica. mesorregião, microrregião, Região Homogênea, Região Natural, conceitos que se dissolvem diante de um tempo e de um espaço cada vez mais velozes. A velocidade, esse “dado contemporâneo”, apresenta-se de forma diferente segundo as regiões. Regiões velozes, com ritmos mais rápidos, como o Sudoeste. Regiões menos velozes, com um ritmo mais lento, como o Nordeste. Ritmos diferentes, regiões diferentes, exigiriam olhares diferentes? Talvez a diferença também esteja no olhar. Na forma de olhar velhas e novas regiões.

5 - BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional / Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: 1996.
- BARREIRA, Celene C. M. Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- _____. Vão do Paraná - a estruturação de um território regional. *Tese de Doutorado*. São Paulo, 1997b.
- BORGES, Barsanufó Gomides. *O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel na transformações das estruturas regionais 1909 / 1922*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- CAMPOS, Chistiane S. Soares. Complexo agroindustrial, sob a forma de cooperativas na ocupação e uso do cerrado – o caso da Comigo em Rio Verde / GO. *Dissertação de Mestrado*. UFG / IESA . Goiânia: 1999.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. *Goiás – Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.
- ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. *Revista*. Ano 1, nº01, outubro/dezembro de 1999.
- ESTEVAM, Luis. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Editora do Autor, 1998.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra – Portugal: Livraria Almedina, 1980.
- GOMES, H. & TEIXEIRA NETO, Antonio. *Geografia: Goiás / Tocantins*. Goiânia, Cegraf, 1993.

- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias de Castro, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GUELKE, Leonard. Geografia regional. In.: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.
- HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção da identidades territoriais. In.: CASTRO, Iná Elias de Castro, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. Região, diversidade territorial e globalização. In.: *GEOgraphia*. Revista da Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 01, Junho de 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LIEPTZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988
- MARINHO, Gilberto Viana. Utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas, na Mesorregião Sul Goiana, Goiás. *Relatório Final de Pesquisa PIBIC / UFG*. Goiânia, 2000.
- MELLO, Marcelo de. Luziânia: a fragmentação territorial de um município do Entorno de Brasília. *Dissertação de Mestrado*. Goiânia. UFG, IESA, 1999.
- MISÉRIA ESVAZIA AS CIDADES. *O POPULAR*. 18 de junho de 2000. Página 2B.
- MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso – para a crítica da geografia que se ensina*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma religião*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PALACÍN, Luis. Coronelismo no extremo norte de Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1990.
- ROCHEFORT, Michel. *Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994
- _____. *A urbanização brasileira*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *A natureza do espaço – técnica e tempo / razão e emoção*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. O dinheiro e o território. In.: *GEOgraphia*. Revista da Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Ano 1, nº 01, Junho de 1999.
- SANTOS (B), Oyana Rodrigues dos. A política de industrialização em Goiás com os Distritos Agro-Industriais - DAIA (1970/90). *Dissertação de Mestrado*. Goiânia: IESA, UFG, 1999.
- SILVA, José Borzacchiello da. Pelo retorno da região: desenvolvimento e movimento sociais no nordeste contemporâneo. In.: CASTRO, Iná Elias de. Ett alli. *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, FAPERJ, 1999.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TEIXEIRA NETO, Antonio Teixeira. *Os caminhos de ontem e de hoje em direção ao território goiano-tocantinense*. Goiânia, 2000. Inédito.
- THRIFT, Nigel. O âmago da região. In.: DEREK, Gregory. Ett alli. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- VALVERDE, Orlando & DIAS, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília – estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

